

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004829-36.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem**
Requerente: **Leandro dos Santos Ferreira**
Requerido: **Mrv Engenharia e Participações S.a.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

O autor alegou ter celebrado com a ré contrato particular de promessa de compra e venda de imóvel.

Acrescentou que foi paga ainda a importância de R\$ 2.680,00 a título de corretagem e mais R\$700,00 a título de assessoria e intermediação.

Almeja à devolução desses montantes, assinalando que eles não constituiriam parte do pagamento do imóvel.

Em contestação, a ré alega não ser parte legítima para figurar no polo passivo da demanda em relação ao pedido de devolução do valor pago a título de corretagem, já que tais valores foram pagos a terceiros, e em relação à devolução do valor pago a título de assessoria e intermediação alega não haver irregularidades na cobrança pois devidamente contratada.

Reputo que assiste razão à ré em relação à ilegitimidade de parte arguida.

Com efeito, o contrato de fls. 20/22 dá conta que o contrato é terceira pessoa estranha à relação processual.

Esses elementos demonstram que a relação jurídica firmada quanto ao assunto especificamente trazido à colação envolveu o autor de um lado e Gabriel Talarico, de outro.

Isso significa que a responsabilidade pela eventual devolução da quantia concerne a ele.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A ré quanto ao tema não estabeleceu liame com o autor e nada recebeu a esse título, não podendo em consequência ser chamada à restituição desejada.

Ausente, portanto, uma das condições da ação, é de rigor a extinção do processo sem julgamento de mérito.

Já em relação aos valores pagos a título de assessoria e intermediação, a pretensão do autor também não prospera.

Não vislumbro vício que possa macular o referido aditivo contratual.

Os serviços prestados a esse título estão expressamente relacionados no documento de fls. 18/19, não se admitindo, por isso, a devolução do valor que foi pago pela sua contratação.

Isto posto **JULGO IMPROCEDENTE** a ação com relação ao pedido de devolução dos valores pagos a título de assessoria e intermediação e em relação ao pedido de devolução da taxa de corretagem julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**